

# Investigação sobre a percepção de alunos do ensino fundamental acerca da caça de animais silvestres no município de Imbituba – SC

*Research on the perception of elementary school students about wild animals hunting in the municipality of Imbituba – SC*

Rafaela Cardoso **RAMOS**<sup>1,7</sup>; Diego dos **ANJOS SOUZA**<sup>2</sup>; Hellen Cristina Freitas **TARGINO**<sup>3</sup>; Sabrina Duarte **ROSA**<sup>4</sup>; Maiara Aparecida **ANICETO**<sup>5</sup> & Lara Manuela do **NASCIMENTO**<sup>6</sup>

## RESUMO

O presente estudo objetivou verificar a existência da caça ilegal no município de Imbituba (SC), de modo a averiguar o *status* de conhecimento de alunos acerca da biodiversidade, a cultura do consumo de carne em diferentes áreas da região, em auxílio à elaboração do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA), da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Imbituba. Para tal, como metodologia, elaborou-se um questionário voluntário qualiquantitativo, aplicado em escolas públicas e privadas com alunos do 6.º ao 9.º ano do ensino fundamental. Os resultados demonstraram que há ocorrência de caça no município e que os alunos possuem um breve conhecimento referente às questões abordadas, ainda que não saibam definir e/ou justificar suas respostas. Ações voltadas à educação ambiental são necessárias para sensibilizar a população sobre os riscos da caça e contribuir para a conservação dos animais silvestres.

**Palavras-chave:** biodiversidade; fauna; mata atlântica.

## ABSTRACT

The present study aimed to verify the existence of illegal hunting in the municipality of Imbituba (SC), investigating the students' knowledge status about biodiversity, the culture of game consumption in different areas of the region, in aid of the elaboration of the Municipal Conservation Plan and Recovery of the Atlantic Forest (PMMA), from the Imbituba Municipal Environment Secretariat. The methodology used was based on a voluntary qualitative and quantitative questionnaire, applied in public and private schools with students from the 6th to the 9th year of elementary school. The results demonstrated that hunting occurs in the municipality and that students have a brief knowledge regarding the questions addressed, even if they do not know how to define and/or justify their answers. Actions aimed at environmental education are necessary to raise awareness among the population about the risks of hunting and contribute to the conservation of wild animals.

**Keywords:** biodiversity; fauna; mata atlantica.

Recebido em: 10 maio 2024

Aceito em: 24 jul. 2024

<sup>1</sup> Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Rua Ernani Cotrin, n. 601 – CEP 88780-000, Imbituba, SC, Brasil.

<sup>2</sup> Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo (FAMEESP), Ribeirão Preto, SP, Brasil.

<sup>3</sup> Curso de Ciências Biológicas – Bacharelado, Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), Laguna, SC, Brasil.

<sup>4</sup> Curso de Ciências Biológicas – Licenciatura, Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), Tubarão, SC, Brasil.

<sup>5</sup> Curso de Ciências Biológicas – Bacharelado, Unisul, Tubarão, SC, Brasil.

<sup>6</sup> Curso de Ciências Biológicas – Licenciatura, Unisul, Polo EaD, Blumenau, SC, Brasil.

<sup>7</sup> Autor para correspondência: finha.cr@gmail.com.

## INTRODUÇÃO

O Brasil é considerado um dos países mais biodiversos do mundo, com extensa dimensão territorial que compreende seis biomas: amazônia, caatinga, cerrado, mata atlântica, pampas e pantanal (IBGE, 2024). Esses biomas são altamente variados, com características únicas que formam uma enorme variedade de habitats, abrigando a maior taxa de espécies existentes do planeta, cerca de 13% (ICMBio, 2018).

Abrangendo cerca de 15% de todo território brasileiro, em 17 estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Piauí, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Santa Catarina, Sergipe, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul), a mata atlântica abriga cerca de 72% dos cidadãos brasileiros, gerando o abastecimento de água, regulação do clima, purificação do ar, alimento, fonte de renda, lazer; enfim, servindo de abrigo para milhares de animais e plantas (FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA, 2022).

A mata atlântica é considerada uma das florestas tropicais com elevado índice de diversidade e endemismo, tanto da flora quanto da fauna, bem como intenso grau de degradação, sendo considerado um dos *hotspots* mundiais, no entendimento de que *hotspot* é toda área prioritária para conservação quando possui elevada biodiversidade e endemismo e, ainda assim, é altamente ameaçada de extinção (MMA, 2010).

A importância e o grau de ameaça da mata atlântica resultaram na criação da Lei da Mata Atlântica n.º 11.428 de 2006, regulamentada pelo Decreto n.º 6.660 de 2008, que dispõe sobre a utilização e a proteção da vegetação do bioma. Em seu artigo 38, instituiu o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA), que atribui aos municípios o compromisso de atuar na conservação e na restauração da vegetação nativa. O plano possui como ações prioritárias conservar e diminuir as pressões aos remanescentes e aumentar a área do bioma por meio da recuperação (PMMA, 2022).

Atualmente, restam apenas 12,4% de remanescentes florestais originais e áreas naturais da mata atlântica no Brasil (SOS MATA ATLÂNTICA, 2021). Em Santa Catarina, remanesce somente 28,7% da área natural original, e essa área do país é repleta de diversidade, tendo sua cobertura vegetal composta por floresta ombrófila densa e mista, floresta estacional decidual, áreas com campos naturais, banhados, restinga herbácea e arbórea (SIMINSKI *et al.*, 2013).

A mata atlântica apresenta o maior número de espécies ameaçadas e o segundo bioma em riqueza de espécies. Desse modo, cada fator de ameaça afeta um número de espécies maior em comparação a qualquer outro bioma. Dentre os fatores de pressão e degradação, destacam-se a perda de habitats resultante de fragmentação decorrente de atividades agropecuárias e a expansão urbana (ICMBio, 2018).

Outro fator determinante de ameaça é a caça e captura de animais silvestres. A retirada de animais da natureza é considerada o quinto maior vetor de ameaça, sendo praticada para consumo, retaliação ou tráfico. A atividade compromete diversas espécies no mundo inteiro, afetando a biodiversidade local, tendo potencial de levar as espécies à extinção (FRIGERI, 2019).

A Lei Federal n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (BRASIL, 1998), que “dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências”, conhecida popularmente como Lei dos Crimes Ambientais, considera como crimes contra a fauna a prática de caça aos animais silvestres, conforme exposto em seu artigo 29.

Nesse aspecto, o artigo 1.º da Lei n.º 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que “dispõe sobre a proteção à fauna, e dá outras providências”, define:

Os animais de quaisquer espécies, em qualquer fase do seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais, são propriedades do Estado, sendo proibida a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha (BRASIL, 1967).

Embora tais condutas lesivas ao meio natural sejam observadas tanto nos grandes centros como também em municípios com baixa densidade populacional, é notória a necessidade urgente de

ações e práticas que visem cessar e coibir a ocorrência de crimes ambientais e seus danos, a fim de pôr em prática o que fora preconizado no artigo 225 da Constituição Federal de 1988, em que “todos têm ou deveriam ter direito a um meio ambiente equilibrado, cabendo ao poder público e à comunidade a responsabilidade de defendê-lo e preservá-lo para a atual e a futura geração”.

Segundo Freitas (2018), até o fim de 1970, a caça foi a principal causa de extinção de pelo menos três espécies de mamíferos de médio porte no município de Imbituba (SC), na região em torno da Lagoa da Ibiraquera. O estudo relata que os animais se alimentavam do mesmo recurso cultivado pelos moradores e acabavam sendo mortos pela competitividade entre eles, moradores e animais. Assim, a lebre (*Lepus capensis*, Pallas, 1778) era considerada uma espécie “praga” e recurso alimentar, já animais que aparentemente representavam algum perigo, tais como jacarés (*Caiman latirostris*, Daudin, 1801), eram caçados para autodefesa ou consumo.

Pouco se tem estudado sobre os remanescentes da mata atlântica existentes no município de Imbituba, bem como sobre a diversidade da fauna local. No entanto, no Brasil, são realizadas diversas pesquisas com a comunidade escolar, para compreender o entendimento de crianças e adolescentes sobre os biomas existentes (ZANINI *et al.*, 2020).

Vicente & Corrêa (2012), por exemplo, expõem que estudantes do ensino fundamental, em localidades nos arredores de Brasília, demonstravam sentimentos de desprezo contra animais silvestres e carência de conhecimento sobre a legislação, o que gera a concepção da falta de conhecimento dos alunos em relação à importância da preservação dos animais.

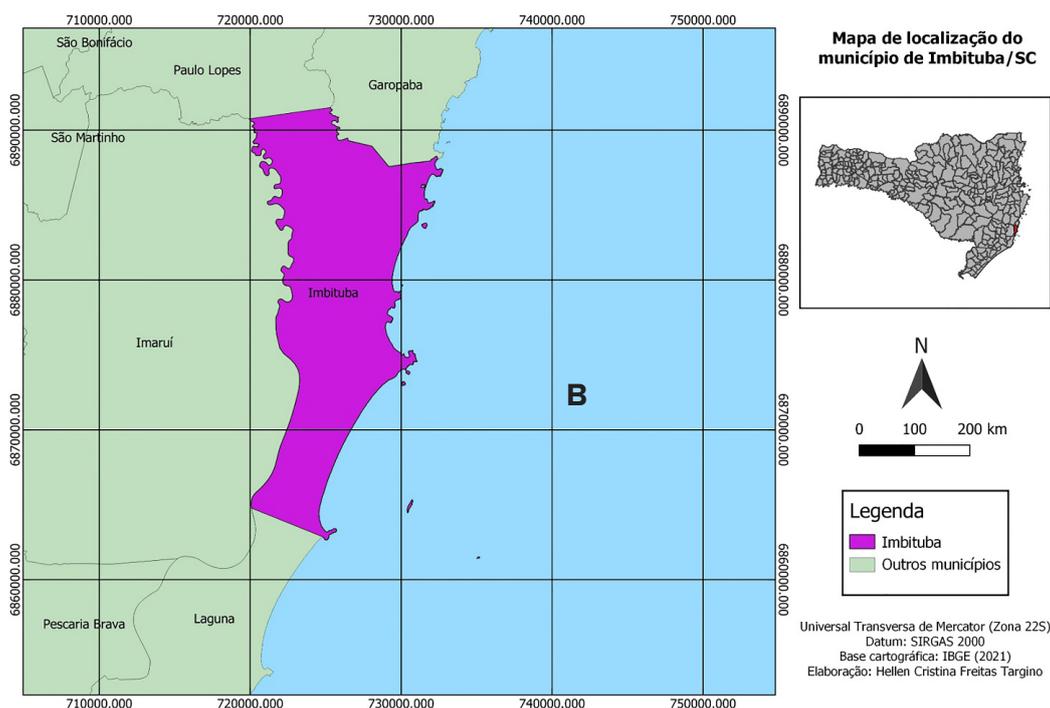
Outro estudo (VIEIRA *et al.*, 2021) relata a percepção de alunos do 3.º ano do ensino médio, na Bahia, sobre a concepção referente aos animais silvestres e sua conservação. A pesquisa verificou que, antes das atividades de educação ambiental, os participantes tinham pouco conhecimento em relação às diferenças entre animais domésticos e silvestres, além da falta de entendimento sobre a legislação ambiental.

Dessa forma, por se tratar de instituições ligadas à comunidade, percebe-se que o âmbito escolar é um importante local para aplicação de pesquisas que visem entender o ambiente em que estão inseridas. Sendo assim, pelo fato de Imbituba estar no processo de elaboração do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA) e por possuir um limitado número de dados sobre a caça e a fauna existente, pretendeu-se verificar a existência da caça no município e avaliar o grau de conhecimentos de alunos acerca da biodiversidade local, assim como identificar a cultura do consumo de carne em diferentes áreas da região.

## MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa foi desenvolvida na cidade de Imbituba, localizada na porção sul litorânea do estado de Santa Catarina (figura 1). O município abriga cerca de 52.579 habitantes (IBGE, 2023), está situado às margens da Rodovia BR-101, distante 90 km de Florianópolis, capital do estado, possui um forte comércio e a economia tem como base o setor de serviços (PREFEITURA DE IMBITUBA, 2022). A cidade está inserida no bioma mata atlântica, com 14,05% de remanescente original (FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA, 2022).

Dentre as escolas do município, foram selecionadas 15, sendo públicas e privadas, que lecionam do 6.º ao 9.º ano do ensino fundamental. As regiões onde se encontram as escolas estão divididas entre: zona norte (n=4), zona sul (n=2), zona central (n=5), zona sudeste (n=2) e zona oeste (n=2), de acordo com o Plano Diretor do município de Imbituba de 2011.



**Figura 1** – Localização do município de Imbituba. Fonte: primária.

A elaboração da amostragem se deu de forma intencional, já que, para a seleção dos indivíduos entrevistados durante esta pesquisa, os autores levaram em consideração se algumas características seriam pertinentes ou não, sendo representada a amostragem como de cunho qualitativo (GIL, 2002).

Aplicou-se um questionário, em colaboração com a Secretaria do Meio Ambiente (Sema) do município. O questionário incluiu perguntas que foram submetidas a processamento de dados estatísticos, ou seja, as informações foram analisadas e classificadas gerando dados quantitativos (SILVA & MENEZES, 2005). Nesse contexto, o presente estudo objetivou realizar uma avaliação qualiquantitativa.

O questionário foi fundamentado em Gonçalves & Bernhard (2017). O modelo inicial foi adaptado; modificaram-se as perguntas de acordo com os objetivos do presente estudo (Apêndice 1). Aplicaram-se 297 questionários na zona norte, 217 na zona sul, 480 na zona central, 199 na zona sudeste e 210 na zona oeste, totalizando 1.403 entrevistados.

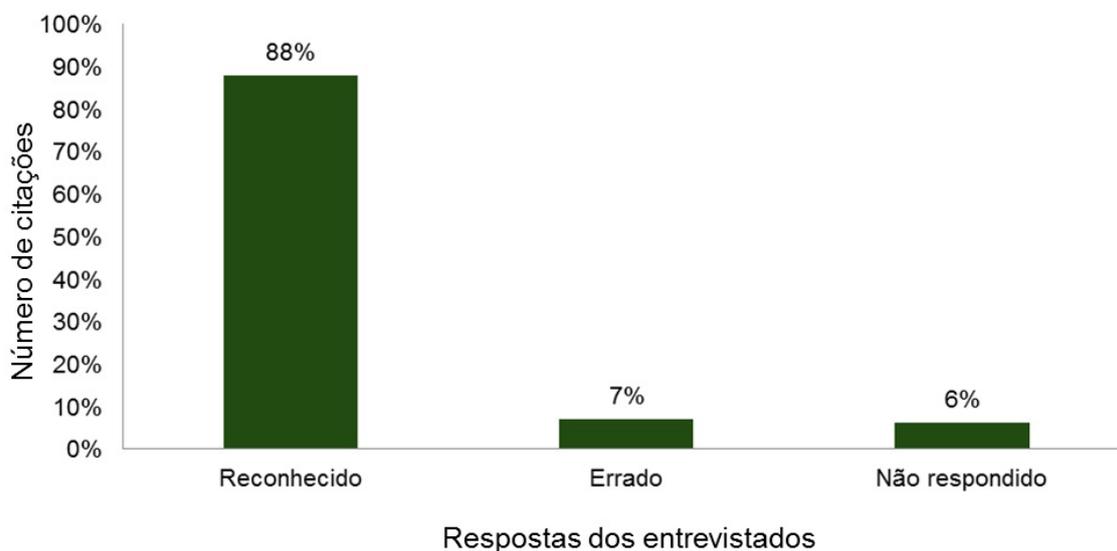
Para cada participante, havia 13 questões abertas e fechadas em formato semiestruturado. O questionário foi aplicado entre os meses de outubro e novembro de 2021, para levantar o conhecimento prévio sobre a biodiversidade e a caça no município de Imbituba. Os questionamentos centrais tinham como objetivo abordar o nível de conhecimento dos respondentes sobre a diferença entre animal doméstico e silvestre, a diversidade da fauna silvestre da região, bem como sua importância para o meio ambiente, além de abordar sobre o consumo alimentar e os impactos decorrentes do consumo da carne de caça. As demais perguntas (gênero, idade, cidade de nascimento e há quanto tempo reside na cidade de Imbituba) evidenciavam o perfil de cada estudante e não foram consideradas relevantes no momento da análise dos resultados. A participação dos alunos se deu de forma voluntária e anônima, pois o objetivo foi somente compreender a percepção deles sobre o tema abordado.

Os dados foram analisados por meio do *software* Microsoft Excel para a tabulação dos dados e elaboração de gráficos de coluna.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Brasil, o abate de animais silvestres é proibido, com exceção dos casos de potenciais danos à agropecuária ou à saúde humana, bem como para saciar a fome de necessitados (BRASIL, 1998; RUAS *et al.*, 2017). A pesquisa em relação à caça na região em foco era inviável em virtude da ilegalidade da situação, principalmente pelo fato de a população se sentir intimidada em participar ou, se participasse, sua franqueza estaria inibida (MORSELLO *et al.*, 2015). Por esses motivos, foram escolhidos, para a aplicação do questionário, alunos com idade que variava de 9 a 18 anos de idade.

A diferença entre animal silvestre e doméstico foi reconhecida por 88% dos alunos entrevistados, 7% responderam errado e 6% deixaram em branco (figura 2). Mais da metade dos alunos que souberam diferenciar respondeu à questão de forma mais elaborada e concisa, relacionando a diferença com o local onde vivem. Aqueles que responderam de modo parcialmente correto relacionaram a diferença ao comportamento dos animais, afirmando que os silvestres não podem ser cuidados em casa, por serem agressivos, e os domésticos podem, por serem mansos. Já aqueles que responderam errado não apresentaram a diferença e na maior parte das vezes não interpretaram a questão da forma correta, trazendo uma resposta rasa: “Um é doméstico e o outro é silvestre” (entrevista n.º 566) ou “Domésticos são: cachorro/gato. Silvestres são: galinha/boi” (entrevista n.º 845).



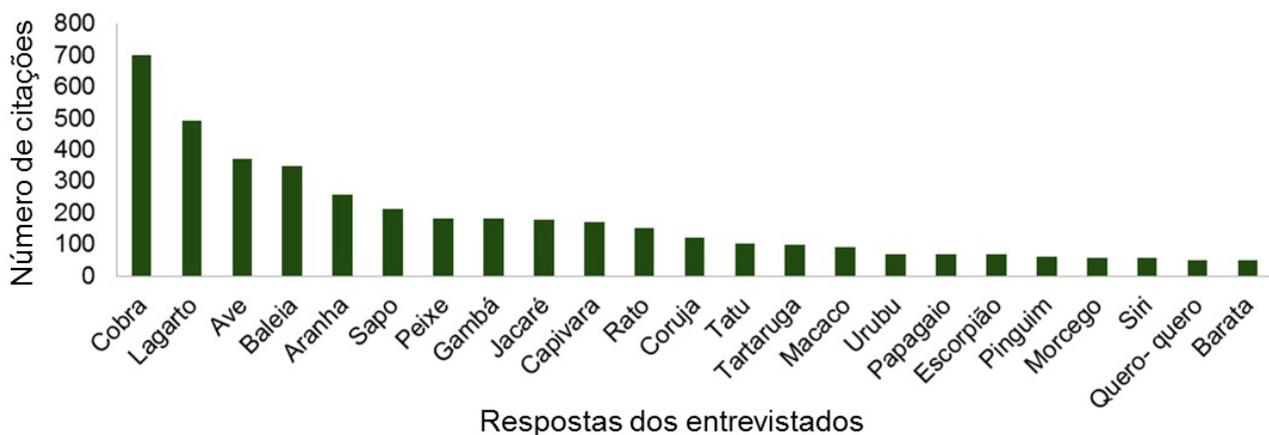
**Figura 2** – Frequência de citações de compreensão dos alunos quanto à diferença entre animais silvestres e domésticos. Fonte: primária.

De acordo com a Portaria Ibama n.º 93, de 7 de julho de 1998, em seu artigo 2.º, considera-se fauna silvestre “aqueles animais pertencentes às espécies nativas, migratórias e quaisquer outras, aquáticas ou terrestres, que tenham seu ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do Território Brasileiro ou águas jurisdicionais brasileiras”. E a fauna doméstica encontra-se definida como “todos aqueles animais que, através de processos tradicionais e sistematizados de manejo e/ou melhoramento zootécnico, tornaram-se domésticos, apresentando características biológicas e comportamentais em estreita dependência do homem [...]”.

A classificação de animais domésticos e espécies isentas de controle está baseada na Portaria n.º 2.489, de 9 de julho de 2019, que dispõe a lista de espécies isentas para fins de operacionalização do Ibama. Ainda assim, para fins de manejo e abate, existem leis específicas para cada caso.

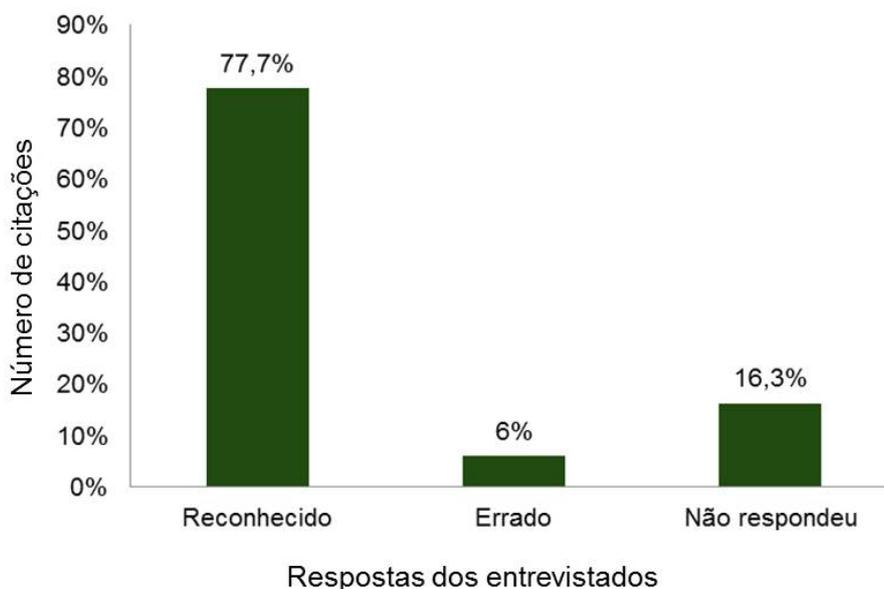
Quando os respondentes foram solicitados a listar dez animais silvestres vistos na região, foi citado o total de 153 animais diferentes, considerando o nome popular regional, sendo nove domésticos e 144 silvestres. Os dados obtidos demonstraram limitações pontuais como, por exemplo, nas menções das aves, por conta de sinônimos relacionados a nomes populares de espécies, mas que não alteram a qualidade ou importância desses dados.

Os animais citados com mais frequência como silvestres foram cobra, lagarto e ave. Apesar de alguns alunos mencionarem animais domésticos, os animais silvestres foram os mais lembrados na pesquisa, estando entre os 10 mais citados (figura 3). A cobra foi mais citada em escolas da zona central, próximas à Lagoa da Bomba, com 35%; na zona sul com 17,9%, presença relacionada com a vegetação e áreas de campo aberto; na zona norte com 16,7%; na zona oeste com 16% e na zona sudeste com 14,2%. O lagarto, assim como a cobra, foi mais aludido na região central com 38,5%, seguida da região sudeste com 17%, zona sul com 15% e zonas norte e oeste com 14%.



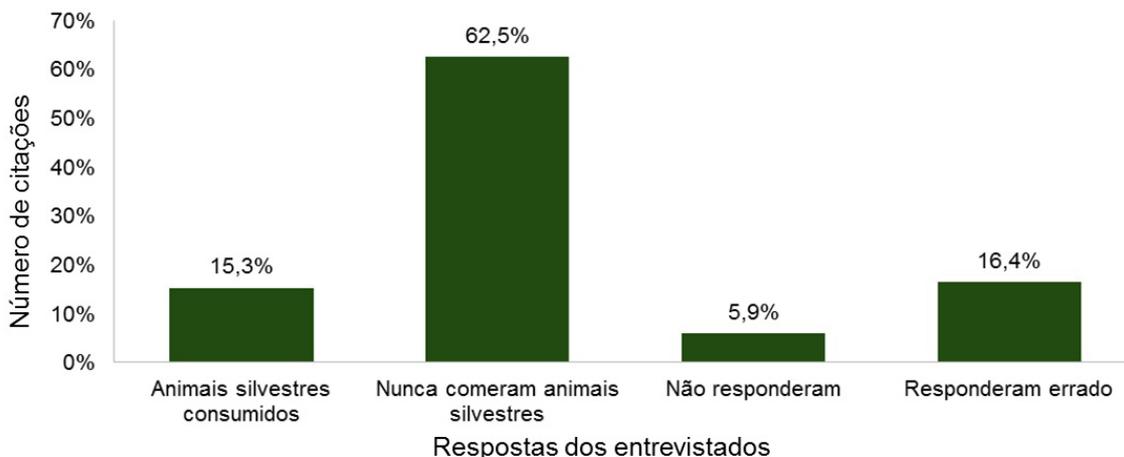
**Figura 3** – Frequência de citações de alunos sobre alguns animais silvestres que vivem na região. Fonte: primária.

A importância dos animais silvestres para o meio ambiente foi reconhecida por 77,7% dos alunos entrevistados, 6% responderam errado e 16,3% deixaram em branco (figura 4). Dentre os que reconheceram a importância, pouco mais que a metade conseguiu responder à questão de forma clara e correta; os demais disseram apenas que “sim”. Portanto, apesar de os entrevistados reconhecerem a importância dos animais silvestres para o meio ambiente, boa parte não soube definir e justificar a sua função e/ou as relações ecológicas que ocorrem. A outra metade relaciona a importância desses animais com a função no meio ambiente, porém de forma rasa e generalizada: “Sim, todos os animais têm seu papel no meio ambiente” (entrevista n.º 529).



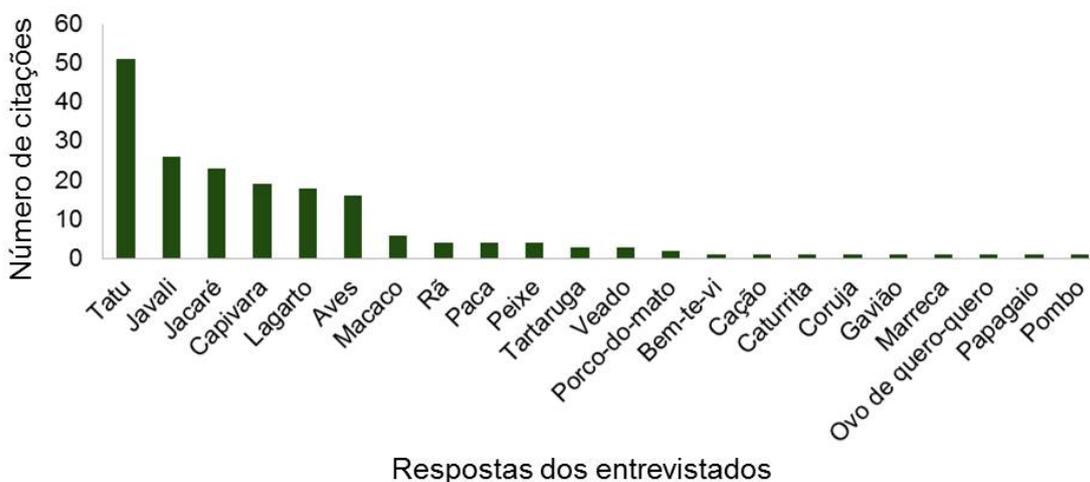
**Figura 4** – Frequência de citações para a compreensão dos alunos quanto à importância dos animais silvestres. Fonte: primária.

Dentre os entrevistados, cerca de 62,5% nunca comeram animais silvestres, 15,3% já consumiram em algum momento, 16,4% responderam errado e 5,9% não responderam à questão, conforme gráfico da figura 5.



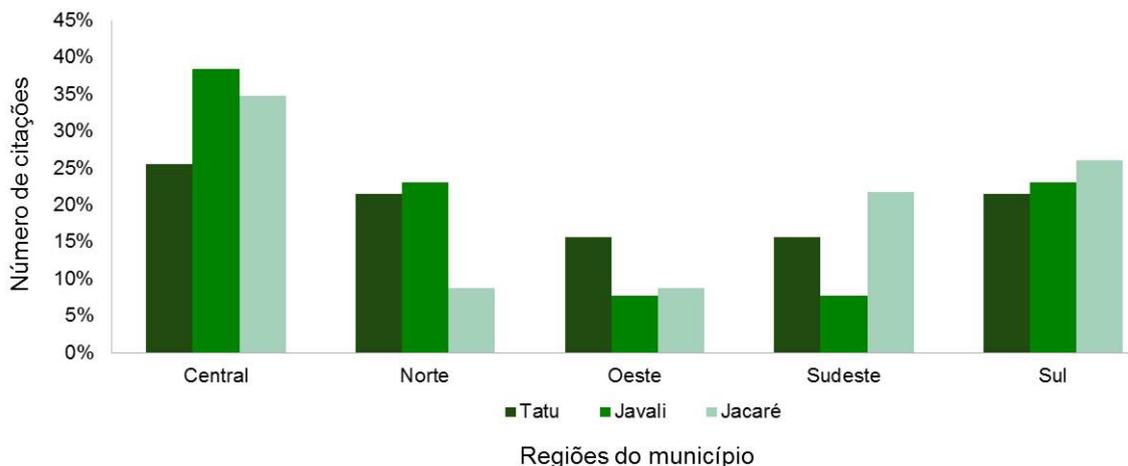
**Figura 5** – Frequência de citações de alunos que consumiram ou não a carne de animais silvestres. Fonte: primária.

Dentre os animais consumidos citados, destacam-se tatu, javali, jacaré, capivara e lagarto, de acordo com a figura 6.



**Figura 6** – Frequência de citações de alunos sobre animais silvestres consumidos. Fonte: primária.

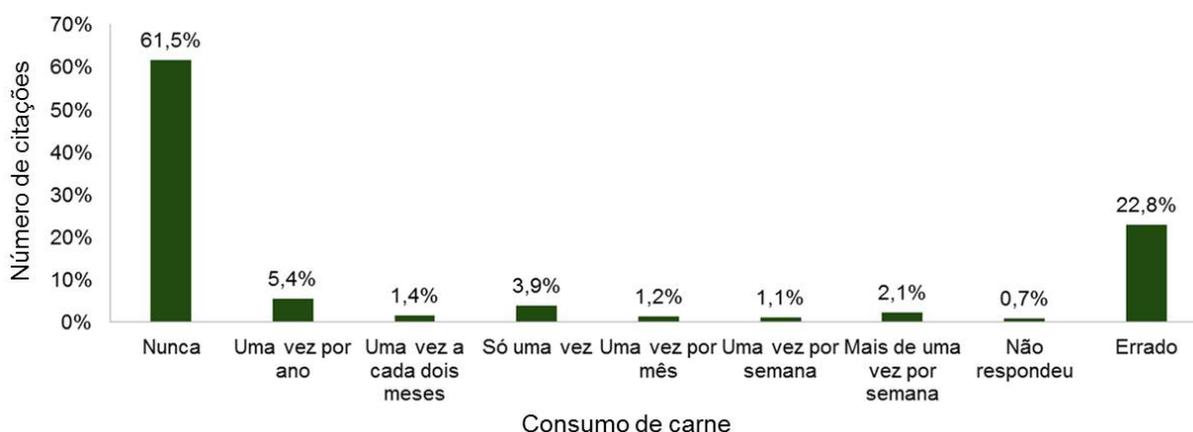
Por intermédio dos dados de consumo, é possível observar que, na região central, ocorre o maior consumo de carne de capivara e jacaré, como consta na figura 7. Isso pode estar relacionado com a caça desses animais próximos à Lagoa da Bomba. No Morro do Mirim, zona oeste do município, nota-se, por meio dos dados, o consumo da carne de tatu, animal presente nas proximidades. A caça também pode ocorrer na zona sul, pois apresenta grandes áreas abertas de pasto e vegetação e está entre as regiões onde ocorre maior consumo desses animais.



**Figura 7** – Frequência de citações de animais silvestres mais consumidos separados por zonas do município de Ibituba, SC. Fonte: primária.

O javali, segundo animal citado mais consumido, não ocorre na região de Ibituba. Segundo o Relatório sobre áreas prioritárias para o manejo de javalis: aspectos ambientais, socioeconômicos e sanitários (IBAMA & BATISTA, 2019), há registros de ocorrência de javalis em cidades vizinhas, como em Paulo Lopes. Sendo assim, considera-se que os alunos tenham consumido a carne em municípios próximos ao de Ibituba. Trata-se de uma das 100 piores espécies exóticas invasoras do mundo (LOWE et al., 2000). Em razão da sua facilidade de adaptação e da falta de predador no Brasil, a espécie se distribui com considerável rapidez e talvez seja possível observar indivíduos na cidade ao longo dos anos (IBAMA; BATISTA, 2019).

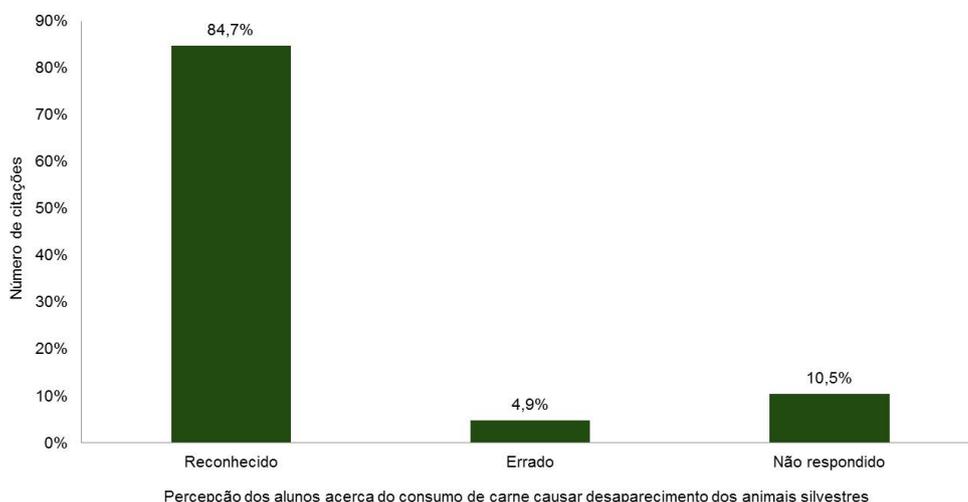
Com relação à frequência de consumo de carne de caça (figura 8), 61,5% dos alunos afirmaram que nunca comeram, 5,4% comem uma vez por ano, 1,4% comem uma vez a cada dois meses, 3,9% comeram apenas uma vez, 1,2% comem uma vez por mês, 1,1% comem uma vez por semana, 2,1% comem mais de uma vez por semana e 0,7% não responderam à questão. Outros alunos confundiram as suas respostas, comprometendo a questão, sendo assim considerada respostas erradas. Pode-se inferir que não existe predominância de consumo de carne de caça pelos mais jovens, principalmente graças à conscientização da preservação das espécies e à preferência de alimentos ultraprocessados. A cultura de caça, aparentemente, está mais ligada aos pais e avós.



**Figura 8** – Frequência de citações de consumo de carne de caça. Fonte: primária.

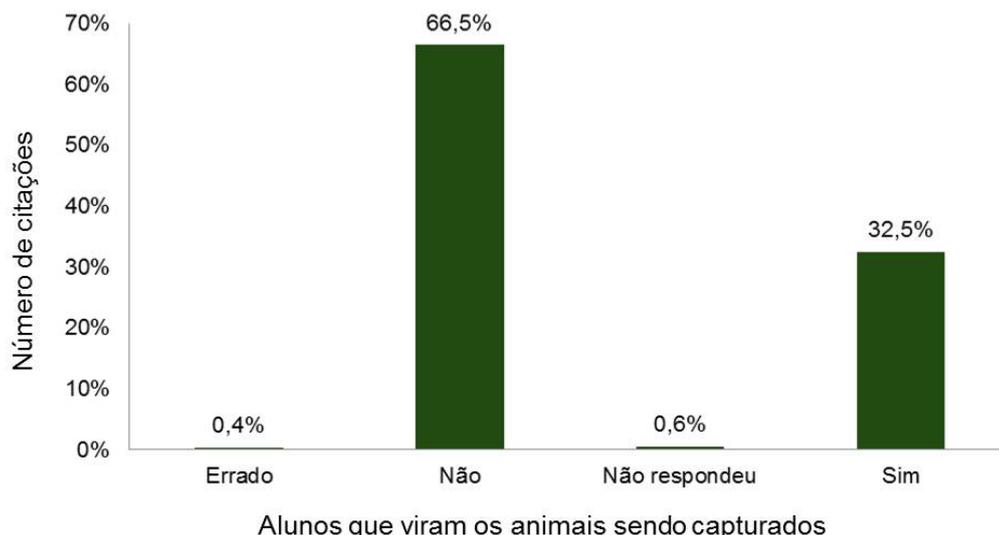
Quanto à percepção sobre o consumo da carne de caça causar o desaparecimento dos animais, 84,7% dos estudantes reconhecem que pode causar o desaparecimento, sendo essas respostas consideradas corretas e parcialmente corretas; 4,9% responderam errado e 10,5% deixaram em branco (figura 9). Embora os entrevistados compreendam que a caça pode causar o desaparecimento,

mais da metade dos que concordaram não soube explicar o porquê ou descreveram o fato de maneira breve: “*Sim, porque os animais morrem*” (entrevista n.º 169). A outra metade respondeu corretamente; tais alunos afirmaram que a caça pode causar a extinção dos animais e/ou afetar a cadeia alimentar. As respostas consideradas erradas foram aquelas em que o aluno negou a causa do desaparecimento.



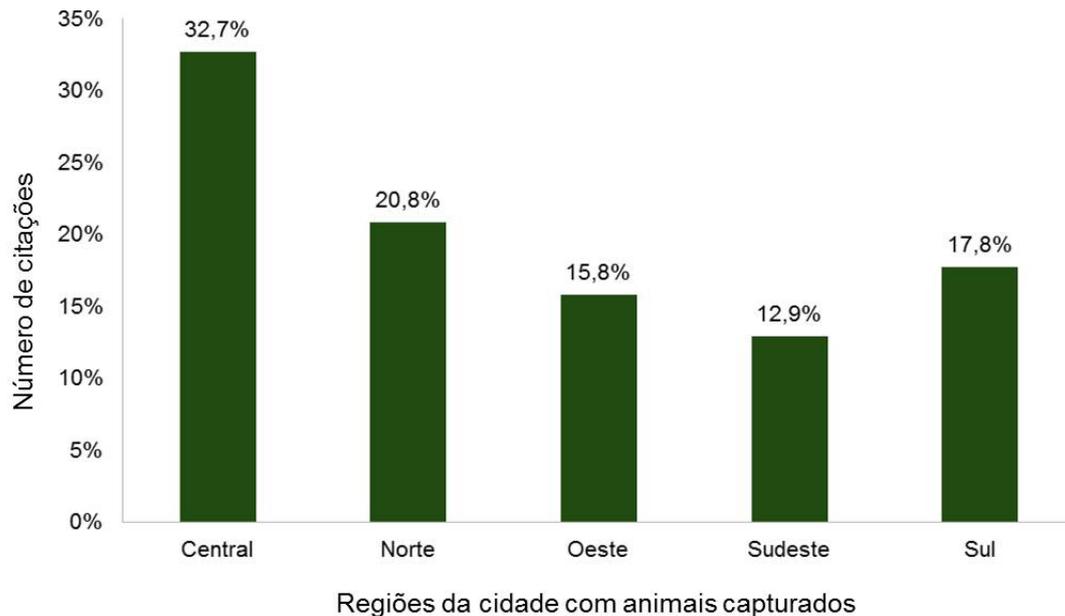
**Figura 9** – Frequência de citações para a percepção dos alunos acerca do desaparecimento dos animais causado pelo consumo de carne de caça. Fonte: primária.

No tocante aos animais silvestres capturados para criação em cativeiro ou venda, cerca de 66,5% alunos responderam que não viram, 32,5% assinalaram que isso já foi observado, 0,6% não responderam e 0,4% responderam erroneamente (figura 10).



**Figura 10** – Frequência de citações de alunos que observaram animais silvestres serem capturados da natureza para criação em cativeiro ou venda. Fonte: primária.

Dos alunos que afirmaram terem visto animais silvestres sendo capturados, 32,7% residiam na zona central, 20,8% na zona norte, 17,8% na zona sul, 15,8% na zona oeste e 12,9% na zona sudeste (figura 11).



**Figura 11** – Frequência de citações de animais observados sendo capturados, separados por zonas do município de Imbituba, SC. Fonte: primária.

É perceptível, pelos dados aqui apurados, que, atrelada às quantidades de captura e de posse de animais silvestres, existe uma problemática que vai além da caça para alimentação, ou provável entretenimento. Sabe-se que, por causa da alta mortalidade, de cada dez animais retirados do seu ambiente natural, somente um resiste e, para cada produto animal comercializado, três espécimes são mortos (PRADO & MALHEIROS, 2012). Assim, verifica-se que a caça e a captura estão intrínsecas e que caracterizam também o tráfico de animais, mesmo que em pequenos números.

Desse modo, pelas informações aqui verificadas, vê-se que a captura de animais ocorre em diversas regiões da cidade de Imbituba, e tal fato é um alerta de precedente para diversos usos comuns ilegais dos animais que possam ocorrer, tais como o cativeiro, a engorda para abate, a venda ou o uso em torneios e o risco de introdução de espécies exóticas.

Sendo assim, os resultados obtidos neste estudo até o momento demonstram uma pressão e uma provável perda da biodiversidade ao longo dos anos em Imbituba, aproximando-se da problemática citada por diversos autores em literatura existente em nível nacional. As ações de educação ambiental devem ser praticadas de imediato e alinhadas o mais brevemente possível à criação de áreas de conservação, de projetos e de planos da área ambiental, bem como a medidas de fiscalização eficazes em parceria com órgãos do setor competente.

## CONCLUSÃO

A pressão antrópica é um fator que gera impactos sobre os animais silvestres, como a perda de habitat, fazendo com que estes se aproximem do ambiente urbano e seja mais comum encontrá-los. Com os dados aqui obtidos, pôde-se perceber a ocorrência de consumo de carne de caça e de captura de animais em todas as zonas do município. Entre a caça e a captura intrínseca, há o tráfico de animais, que tem por consequência a perda de biodiversidade, o resultado comum entre essas atividades.

A maior parte dos entrevistados sabe diferenciar o animal doméstico do animal silvestre (88% dos alunos entrevistados) e, apesar de identificar a importância da sua preservação para o meio ambiente (77,7% dos alunos entrevistados), a maioria não soube definir e justificar a sua função e/ou as relações ecológicas que ocorrem.

A frequência do consumo da carne de animais silvestres foi relativamente baixa entre os jovens; pode-se considerar que o consumo seja realizado pelos pais ou avós, uma cultura enraizada já ao longo dos anos no local. Além disso, os alunos entrevistados concordam que o consumo da carne de caça pode causar o desaparecimento dos animais silvestres (84,7%). Conclui-se que ações voltadas à educação ambiental e à fiscalização são necessárias para sensibilizar a população sobre os riscos da caça de animais silvestres e a perda da biodiversidade e serviços ecossistêmicos decorrentes, assim como sobre a recuperação da biodiversidade nos ambientes.

## REFERÊNCIAS

- Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília; 1988.
- Brasil. Lei n.º 5.197, de 3 de janeiro de 1967. Dispõe sobre a proteção à fauna, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília; 1967.
- Brasil. Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília; 1998.
- Campanili, M. & Schaffer, W. B (orgs.). Mata atlântica: patrimônio nacional dos brasileiros. 2.ed. Brasília: MMA; 2010. 408 p.
- Freitas, R. R de. A gestão da fauna silvestre a partir das mudanças nos modos de vida açorianos em uma lagoa costeira do sul do Brasil (1957-2004). Biodiversidade Brasileira. 2018; 8(2): 163-186.
- Frigeri, T. Titularidade de direitos fundamentais pelos animais não humanos: por uma mudança de paradigma [Trabalho de Conclusão de Curso]. São Paulo: Universidade de Taubaté; 2019.
- Fundação SOS Mata Atlântica. Causas. Mata atlântica. São Paulo; 2022. Available at: <https://sosma.org.br/causas/mata-atlantica>. Access on: 2 Aug. 2022.
- Fundação SOS Mata Atlântica & Inpe – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Aqui tem mata? São Paulo; 2022a. Available at: <https://www.aquitemmata.org.br/#/busca/sc/Santa%20Catarina/Imbituba>. Access on: 15 Aug. 2022.
- Fundação SOS Mata Atlântica & Inpe – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Atlas dos remanescentes florestais da mata atlântica. Período 2020-2021. Relatório Técnico. São Paulo; 2022b.
- Fundação SOS Mata Atlântica & Inpe – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Atlas dos remanescentes florestais da mata atlântica. Período 2021-2022. Relatório Técnico. São Paulo; 2023.
- Gil, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas S.A; 2002. 175 p.
- Gonçalves, I. S. dos & Bernhard, R. Conhecimento sobre a fauna local e o consumo de animais silvestres por alunos do 6º ano do ensino fundamental da área rural do município de Tefé, Amazonas. [Trabalho de Conclusão de Curso]. Amazonas: Universidade do Estado de Amazonas; 2017.
- Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Portaria n.º 2.489, de 9 de julho de 2019. Altera a Portaria n.º 93, de 7 de julho de 1998. Diário Oficial da União. Brasília; 2019.
- Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Portaria n.º 93, de 7 de julho de 1998. Dispõe sobre a importação e a exportação de espécimes vivos, produtos e subprodutos da fauna silvestre brasileira e da fauna silvestre exótica. Diário Oficial da União. Brasília; 1998.
- Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis & Batista, G. O. (orgs.). Relatório sobre áreas prioritárias para o manejo de javalis: aspectos ambientais, socioeconômicos e sanitários. Período 2018-2019. Brasília; 2019.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil em síntese – território. Rio de Janeiro; 2024. Available at: <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/territorio.html>. Access on: 8 Jul. 2024.

- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico 2022. Rio de Janeiro; 2023. Available at: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/universo-caracteristicas-dos-domicilios>. Access on: 15 Aug. 2022.
- ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção. Período 2019. Brasília; 2018.
- Lowe, S., Browne, M., Boudjelas, S. & Poorter, M. 100 of the world's worst invasive alien species: a selection from the global invasive species data base. The Invasive Species Specialist Group (ISSG). 2000; 1-11.
- MMA – Ministério do Meio Ambiente. Biodiversidade. 2010. Available at: <https://antigo.mma.gov.br/biodiversidade.html>. Access on: 10 Apr. 2024.
- Morsello, C., Yagüe, B., Beltreschi, L., Vliet, N., Adams, C., Schor, T., Quiceno-Mesa, M. P & Cruz, D. Cultural attitudes are stronger predictors of bushmeat consumption and preference than economic factors among urban Amazonians from Brazil and Colombia. *Ecology and Society*. 2015; 20(4): 21-39.  
DOI: <http://dx.doi.org/10.5751/ES-07771-200421>
- Neves, F. M. & Erbesdobler, E. D. Estimativa do tráfico de aves silvestres no Distrito Federal, Brasil. *Biodiversidade Brasileira*. 2021; 11(1): 1-15.  
DOI: [10.37002/biobrasil.v11i1.1683](https://doi.org/10.37002/biobrasil.v11i1.1683)
- PMMA – Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica. Sobre o portal. Available at: <https://pmma.etc.br/sobre-o-portal>. Access on: 30 Nov. 2022.
- Prado, L. A. & Malheiros, R. A perda da biodiversidade do cerrado goiano mediante o tráfico ilegal de fauna silvestre. *Anais. III Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental*. Goiânia/GO; 2012. Available at: <https://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2012/VI-054.pdf>. Access on: 10 Jul. 2024.
- Prefeitura de Imbituba. Aspectos geográficos. Imbituba; 2024. Available at: <https://imbituba.sc.gov.br/pagina-8181/>. Access on: 8 Jul. 2024.
- Prefeitura de Imbituba. Desenvolvimento econômico, turístico e portuário. Imbituba; 2022. Available at: <https://www.imbituba.sc.gov.br/estruturaorganizacional/hotsite/index/codHotsite/3286>. Access on: 7 Nov. 2022.
- Ruas, R. M. S., Furtado, D. C., Guerra, G. A. D., Lopes, C. T. A. & Domingues, S. F. S. Caça, captura e uso da fauna silvestre no Brasil como crimes ambientais e tabu científico: reflexão sobre categorias teóricas. *Holos*. 2017; 33(5): 37-54.  
DOI: [10.15628/holos.2017.5660](https://doi.org/10.15628/holos.2017.5660)
- Silva, E. L. da & Menezes, E. M. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 4 ed. Florianópolis: UFSC; 2005. 138 p.
- Siminski, A., Fantini, A. C. & Reis, M. S. Classificação da vegetação secundária em estágios de regeneração da mata atlântica em Santa Catarina. *Ciência Florestal*. 2013; 23(3): 369-378.  
DOI: [10.5902/1980509810548](https://doi.org/10.5902/1980509810548)
- Viana, I. R. & Zocche, J. J. Avifauna apreendida no extremo sul catarinense: apreensões feitas durante oito anos de fiscalização e combate à captura de aves silvestres. *Revista Brasileira de Biociências*. 2013; 11(4): 395-404.
- Vicente, L. B. S. & Corrêa, R. L. Investigação da concepção de alunos do ensino fundamental a respeito do trato com animais. Brasília; 2012. Available at: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle//235/6307>. Access on: 29 Nov. 2022.
- Vieira, R. L. A., Souza, H. R de, Bento, H. J., Costa, T. O. S. da & Feliciano, M. A. R. Interfaces entre pesquisa e ensino: estratégias para sensibilização dos alunos do ensino básico para conservação da fauna silvestre, em especial o *Tayassu pecari*. *Enciclopédia Biosfera*. 2021; 18(85): 113-126.  
DOI: [10.18677/EnciBio\\_2021A9](https://doi.org/10.18677/EnciBio_2021A9)
- Zanini, A. M., Vendruscolo, G. S., Milesi, S. V., Zanin, E. M. & Zakrzewski, S. B. Percepção de estudantes do sul do Brasil sobre a biodiversidade da mata atlântica. *Interciência*. 2020; 45(1): 15-22.

## APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO SOBRE CONHECIMENTO E USO DE FAUNA (ESCOLAS)

- 1) Quantos anos você tem? \_\_\_\_\_
- 2) Em que cidade você nasceu? \_\_\_\_\_
- 3) Há quantos anos mora em Imbituba? \_\_\_\_\_
- 4) Gênero: ( ) Feminino ( ) Masculino
- 5) Qual é a diferença entre animal silvestre e doméstico?
- 6) Cite dez animais silvestres que você já viu na sua região.
- 7) Os animais silvestres são importantes para o meio ambiente? Por quê?
- 8) Você já se alimentou de algum tipo de animal silvestre? Qual?
- 9) Quantas vezes você come carne de caça?
  - a. ( ) nunca
  - b. ( ) uma vez por ano
  - c. ( ) uma vez a cada dois meses
  - d. ( ) uma vez por mês
  - e. ( ) uma vez por semana
  - f. ( ) mais de uma vez por semana
- 10) Qual é a carne de que você mais gosta de comer?
- 11) Qual é a carne de que você não gosta de comer? Por quê?
- 12) Comer carne de caça pode causar o desaparecimento dos animais na natureza? Por quê?
- 13) Você já viu animais silvestres serem capturados da natureza para criação em cativeiro ou venda?  
( ) Sim ( ) Não